


TIPOLOGIA GERAL DOS AGENTES ECONÔMICOS NO SISTEMA AGRÁRIO DO CACAU, SUL DA BAHIA, BRASIL

 <https://doi.org/10.56238/arev7n3-048>

Data de submissão: 07/02/2025

Data de publicação: 07/03/2025

Gustavo Bittencourt Machado

Doutor em Agricultura Comparada (AgroParisTech, França). Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional (Universidade de Barcelona, Espanha)
Professor Associado IV da Universidade Federal da Bahia (Brasil)

RESUMO

Este artigo¹ tem como objetivo discutir a crise da monocultura do cacau na região sul da Bahia, Brasil, desde a segunda metade da década de 1980 e as estratégias de superação econômica rumo às transformações do sistema agrário regional a partir de uma nova tipologia de categorias sociais na região. A crise da monocultura cacauzeira começa com o crescimento do desemprego regional, a queda considerável da produção de cacau, o que torna o Brasil um país importador de cacau, implicando a desestruturação produtiva dos sistemas agrícolas baseados nas plantações de cacau no sistema agroflorestal *cabruca*. Novas pastagens e plantações de café são implantadas, contribuindo com o desmatamento da floresta tropical e substituição da agricultura pela pecuária. Dessa forma, a crise regional do desemprego rural e urbano provocou a estruturação ordenada dos movimentos sociais através da reforma agrária, intensificando as incursões e entradas em assentamentos rurais, fortalecendo os novos assentamentos da reforma agrária através da organização de um novo tipo de agricultura familiar. Quanto às categorias, as mais genéricas, observa-se a existência de oito categorias de agentes econômicos em relação ao cultivo do cacau no Sul da Bahia. São eles: *produtores familiares de cacau e acordos diversificados de reforma agrária; médio empregador ou agricultores familiares com parceria (“meeiro”) ou pagamento de salário; empregadores agricultores que abandonaram as suas explorações de cacau; novos investidores que compraram terrenos abandonados; pequenas agroindústrias, associações e cooperativas de chocolate; empresas agroindustriais transnacionais e empresas de armazenamento comercial de cacau de médio porte*. É possível identificar famílias pluriativas, exclusivamente agrícolas ou exclusivamente não agrícolas, e famílias que desenvolvem estratégias de conservação dos recursos naturais.

Palavras-chave: Tipologia de agentes econômicos. Cacau. Sistemas agrários. Multifuncionalidade da agricultura familiar.

¹ O artigo é parte dos estudos de pós-doutoramento financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). Código de financiamento 001. A pesquisa foi desenvolvida no Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Spaces - LADYSS, da Universidade Paris-Nanterre, entre setembro e novembro de 2021.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo discutir a crise da monocultura do cacau na região sul da Bahia, Brasil, desde a segunda metade da década de 1980 e as estratégias de superação econômica rumo às transformações do sistema agrário regional a partir de uma nova tipologia de agentes econômicos na região. A crise da monocultura cacauífera começa com o crescimento do desemprego regional, a queda considerável da produção de cacau, o que torna o Brasil um país importador de cacau, implicando a desestruturação produtiva dos sistemas agrícolas baseados nas plantações de cacau sob o sistema agroflorestal de cabruca. As novas plantações de café são implantadas, contribuindo com o desmatamento da floresta tropical e, em alguns espaços, havendo a substituição da agricultura por pastagens e pecuária de bovinos.

Apesar da existência do sistema cabruca, os sistemas de produção de cacau desenvolveram-se devido ao impulso tecnológico baseado em fertilizantes químicos, difundido pela Comissão Especial para a Lavoura Cacauífera - Ceplac. A partir da década de 1960, dentro da expansão do produtivismo da revolução verde, esse movimento se fortaleceu ao consolidar, até a década de 1970, no Brasil, a região cacauífera, como a principal produtora mundial de amêndoas de cacau.

Desta forma, a crise regional do desemprego rural e urbano provocou a estruturação ordenada dos movimentos sociais através da reforma agrária, intensificando as incursões e entradas dos assentamentos rurais, fortalecendo os novos assentamentos da reforma agrária através da organização de um novo tipo de agricultura familiar, ainda dependente de políticas públicas de financiamento creditício e de investimentos em infraestrutura e manutenção de culturas temporárias, para segurança e abastecimento familiar inicialmente.

Muitos trabalhadores rurais foram transformados em agricultores familiares “assentados” da reforma agrária, a partir do aumento do desemprego na região. Desde a intensificação da crise econômica regional de 1990, vários trabalhadores rurais foram despedidos pelos seus empregadores. Por isso, deslocaram-se para as cidades regionais, Ilhéus, Itabuna e Porto Seguro, ampliando moradias nas periferias das cidades regionais, o que provocou o surgimento de novas “favelas”.

Qual é a principal razão do crescimento do desemprego? É possível citar a expansão da Vassoura de Bruxa (“Vassoura de Bruxa”) nas fazendas de toda a região, o que provocou a queda na produtividade e na produção de cacau. Além disso, deve-se considerar o crescimento dos custos dos fertilizantes, dos agroquímicos e dos salários dos trabalhadores e, por fim, os custos totais de produção que tem aumentado sucessivamente. A primeira medida do empregador foi demitir seus trabalhadores. Isso explica o aumento do desemprego e o comprometimento dos trabalhadores com os movimentos sociais de reforma agrária na região cacauífera, aumentando o número de assentamentos.

Por sugestão da Ceplac, a relação social de parceria (parceria) foi adotada pelos agricultores empregadores e, de certa forma, por uma parte dos agricultores familiares mais capitalizados, a fim de reduzir os custos de produção, processamento e colheita do cacau. A maioria dos agricultores adotou esta relação social de parceria, reduzindo a pressão sobre as cidades e o crescimento da tensão social em torno da reforma agrária.

Novos manejos de plantações têm sido solicitados pelos agricultores com recomendações da Ceplac, centrados nas inovações tecnológicas da revolução verde, e ao longo dos anos, com inovações biotecnológicas baseadas em híbridos e clones de cacau.

As estratégias genéticas dos agricultores passaram a seguir dois caminhos: as agroecologias perseguidas pelos agricultores familiares especialmente os assentados da reforma agrária, sob a coordenação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), tendo como exemplo o Assentamento Terra Vista no município de Arataca, estado da Bahia. O segundo caminho percorrido pelos empregadores patronais e por alguns agricultores familiares mais capitalizados foi a substituição das antigas plantações de cacau pelas biotecnologias de hibridismo e clonagem desenvolvidas pela Ceplac.

Pode-se considerar este tipo de agricultura familiar que partiu de um processo de transição agroecológica de sistemas de produção produtivistas em sistemas agrícolas de cacau e outras culturas para sistemas de produção de base agroecológica sem uso de agrotóxicos.

2 A REGIÃO CACAUEIRA (TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO LITORAL SUL) DO ESTADO DA BAHIA (BRASIL)

O Brasil foi, durante vários anos, um dos maiores produtores de amêndoas de cacau do mundo e, durante a primeira década do século XX, passou a ocupar a posição de maior produtor do mundo (Caplac, 1982); contudo, o aumento da concorrência com os países africanos levou à perda desta posição no mercado global, segundo Dantas *et al* (2020).

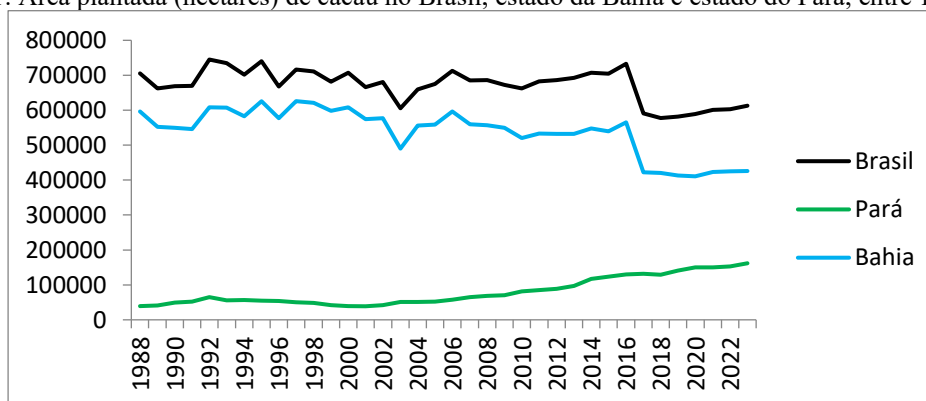
Até meados da década de 1980, a produção de cacau aumentou gradativamente, atingindo sua maior produção em 1986, com 356 mil toneladas, provenientes da região sul da Bahia. Essa realidade mudou com a crise do cultivo na década de 1990, devido ao crescimento dos custos de produção, com a infestação das plantações de cacau pela doença Vassoura de Bruxa, causada pelo fungo *Moniliophthora perniciosa*. Além disso, é preciso destacar a queda do preço do cacau no mercado internacional. Os países africanos, por outro lado, aumentaram a oferta de amêndoas de cacau a nível global, com destaque para a Costa do Marfim cuja produção de 1.149 mil toneladas em 2012/2013, e de 2.000 mil toneladas em 2017/2018, ocupando a posição de maior produtor global, seguido por

Gana, Indonésia, Equador, Camarões, Nigéria e Brasil (Statista, 2019). Entre 1994 e 2004, a produção global de cacau concentrou-se no continente africano (72%) e 54% foi produzido pela Costa do Marfim (Noia *et al.*, 2015 *apud* Dantas *et al.*, 2020).

Em 2019, o estado do Pará tornou-se o primeiro produtor de cacau do Brasil. Na verdade, a segunda posição coloca as transformações do sistema agrário cacauero do estado da Bahia com a estabilização da quantidade de produção agrícola desta *commodity* durante os últimos anos; porém, o estado da Bahia possui a maior área cultivada de cacau do Brasil.

Conforme gráfico 1 e tabela 1, entre 1988 e 2023, a área plantada com cacau diminuiu, consideravelmente, no Estado da Bahia, de 596.547 hectares para 425.895 hectares, devido à crise regional, com a substituição do cacau por outros sistemas de cultivo, como o café, e sistemas de criação de gado bovino, com crescente desmatamento da floresta tropical. Por outro lado, houve um aumento na área plantada com cacau no Estado do Pará, modificando a curva de tendência da área plantada do Brasil, como um todo, de 39.254 hectares em 1988, para 161.866 hectares em 2023, um crescimento quatro vezes mais.

Gráfico 1: Área plantada (hectares) de cacau no Brasil, estado da Bahia e estado do Pará, entre 1988 e 2023



Fonte: AgroStat, 2024. Elaboração do autor.

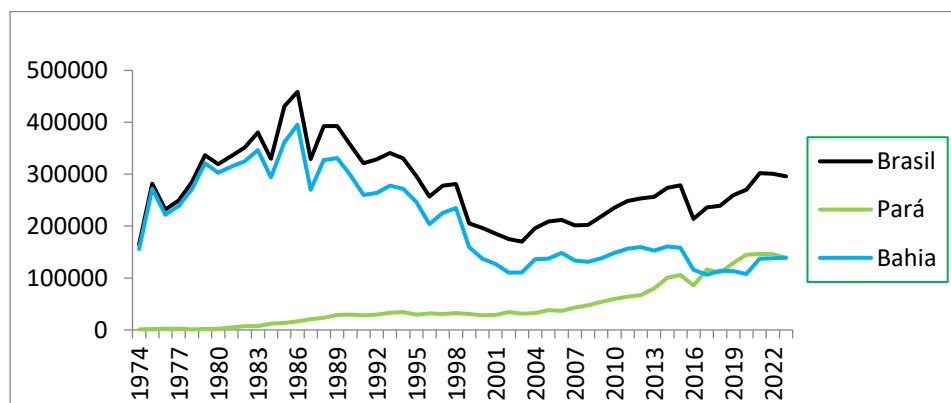
Tabela 1: Área plantada (hectares) de cacau no Brasil, estado da Bahia e estado do Pará, entre 1988 e 2023

Année	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Brésil	705751	662478	668800	669275	744958	734828	701802	740576	667461	715928	710496	681670
Pará	39254	41188	49173	51730	64769	56042	56746	54870	53658	50239	48258	42396
Bahia	596547	552206	549435	545819	608490	607489	582575	625488	576898	625869	621025	597789
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Brasil	707487	666338	680216	605930	659758	675098	712761	685003	686206	672435	662674	682482
Pará	38905	38737	41703	51557	51057	51788	57533	65248	68326	70279	81764	85041
Bahia	608299	574586	576875	490142	555611	558964	596377	559884	556522	549769	519990	533315
Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	686541	692435	707106	704288	732585	591199	577550	582010	589153	600818	602800	612939
Pará	88267	97176	117352	123375	130193	131891	129247	140549	150051	149912	152837	161866
Bahia	532074	532268	547722	539750	565145	422163	420528	413065	410676	423256	424738	425895

Fonte: AgroStat, 2024. Elaboração do autor.

Segundo Dantas *et al* 2020, a importância dada a esta cultura levou o Estado da Bahia a criar o Instituto Baiano do Cacau em 1931, e assim passou-se a intervir neste mercado através da disponibilização de crédito, da melhoria das condições de transporte e comercialização do cacau. (Noia *et al.*, 2015). O cenário era de alta liquidez e solidez, sendo o cacau uma *commodity* bastante atrativa, inserindo novas áreas produtivas e ampliando as existentes. Neste mercado, o produtor deparava-se essencialmente com duas formas de comercialização da sua produção: directamente nos moinhos instalados ou através de intermediários. Na presença de um número expressivo de produtores de cacau e de alguns compradores de amêndoas, o mercado estruturou-se como um oligopsônio, caracterizado pelo fraco poder de negociação do produtor. Assim, os preços eram fixados por poucos compradores, provocando o enfraquecimento de alguns elos da cadeia produtiva (Fontes, 2013).

Gráfico 2: Quantidade produzida (em toneladas) de cacau no Brasil, no estado da Bahia e estado do Pará, entre 1974 et 2023.



Fonte: AgroStat, 2024. Elaboração do autor.

Entre 1974 e 1988, a quantidade de cacau produzida aumentou no Estado da Bahia e começou a diminuir consideravelmente, no início da década de 1990 até o ano de 2023. A produção brasileira acompanha a produção baiana até o ano de 2006, quando a produção de cacau do Brasil é influenciada pelo aumento da produção de cacau do Estado do Pará principalmente dos anos de 2007 até o ano de 2023.

No Estado da Bahia, a produção de cacau caiu para 395.486 toneladas de amêndoas de cacau em 1986 e caiu para 139.011 toneladas em 2023, uma redução de dois terços. No Estado do Pará, a produção de cacau aumentou de 980 toneladas de cacau em 1974 para 146.375 toneladas de cacau em 2021.

Tabela 2: Quantidade de cacau (em toneladas) no Brasil, no estado da Bahia et estado do Pará, entre 1974 e 2023

Année	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Brésil	164616	281887	231796	249755	284490	336326	319141	335625	351149	380256	329903	430789	458754
Pará	980	1772	2257	2150	1003	1761	2586	4690	7104	7198	11990	13357	16583

Bahia	156000	271788	222056	239352	271000	321140	302481	314804	324608	346652	293841	361800	395486
Ano	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Brésil	329266	392446	392610	356246	320967	328518	340885	330577	296705	256777	277966	280801	205003
Pará	20747	23564	28669	29131	28075	29428	33124	34482	29445	32171	30826	32635	30527
Bahia	269890	327562	330751	298024	259872	263548	277699	271889	246350	204168	225476	234918	159328
Année	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Brésil	196788	185662	174796	170004	196005	208620	212270	201651	202030	218487	235389	248524	253211
Pará	28278	29028	34069	31524	32804	38119	36595	43207	47108	54216	59537	63799	67299
Bahia	137568	126812	110205	110654	136155	137459	148703	133943	131060	137929	148254	156289	159432
Année	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023		
Brésil	256186	273793	278299	213871	235809	239318	259451	269740	302126	301026	296145		
Pará	79727	100293	105914	85826	116358	110060	128961	144682	146375	145994	138471		
Bahia	152592	161096	158432	115756	106246	113939	113065	107499	137622	138151	139011		

Fonte: AgroStat, 2024. Elaboração do autor.

A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) foi criada pelo Decreto n. 40.987, em 1957, quando o governo federal do Brasil instituiu o Plano de Recuperação Econômico-Rural da Cultura Cacaueira, tendo em vista a forte queda dos preços do cacau no Sul da Bahia. O objetivo era restaurar o cultivo, aumentar as condições de colheita e processamento, além de criar meios de combate a pragas e doenças (Mapa, 2020).

O plano também promoveu assistência técnica para introduzir pacotes tecnológicos de produção, aumentar a produtividade do cacau e estabelecer condições de crédito aos agricultores (Mapa, 2020).

Na Ceplac foi criado o Centro de Pesquisa do Cacau (Cepec), com o objetivo de desenvolver tecnologias de produção. Com o objetivo de criar e difundir inovações tecnológicas, foram criadas as Escolas Técnicas Agropecuárias (Emarcs) para o ensino de nível médio.

O Programa de Diretrizes da Cultura de Cacau Brasileiro (Procacau) foi implementado entre 1976 e 1985. Na década de 1980, a produção atingiu recorde mundial, atingindo 458,7 mil toneladas, com mais de 655 mil hectares de área colhida, em 1986. Na década de 2000, a produção caiu abaixo de 200 mil toneladas.

Atualmente, os principais estados do Brasil produtores de cacau são: Pará, Bahia, Rondônia, Amazonas e Espírito Santo. O Estado da Bahia participou com 63,35% do total das exportações em 2021, diminuindo para 56,82% em 2022 e 53,16% em 2023, com o aumento das exportações de cacau pelo Estado de São Paulo. Nas importações, o movimento é semelhante com a participação do Estado da Bahia com 51,34% em 2021, 32,98% em 2022 e 43,47% em 2023.

Comparado às importações de cacau, o Estado da Bahia é o maior importador de cacau, entre 2021 e 2023, pela agroindústria transnacional localizada na região do Litoral Sul, conforme tabela 3. Os estados de Minas Gerais e São Paulo apresentam estatísticas significativas nas importações de cacau.

Tabela 3: Exportações e importações de cacau por estado federado do Brasil entre 2021 e 2023.

Ano	Exportação					
	2021		2022		2023	
Estado-federado	US\$	%	US\$	%	US\$	%
Bahia	224.805.220	63,35	196.373.876	56,82	198.282.746	53,16
Minas Gerais	48.859.841	13,77	47.029.151	13,61	42.045.955	11,27
São Paulo	44.894.655	12,65	61.748.340	17,87	89.735.212	24,06
Paraná	14.603.818	4,12	12.963.226	3,75	15.229.336	4,08
Espírito Santo	12.940.094	3,65	16.566.137	4,79	15.706.088	4,21
Outros estados federados	8.744.798	0	10.927.847	-	11.974.816	0

Ano	Importação					
	2021		2022		2023	
Estado-federado	(US\$)	%	(US\$)	%	(US\$)	%
Bahia	199.406.645	51,34	80.249.128	32,98	162.240.153	43,47
Minas Gerais	91.485.529	23,56	77.230.720	31,74	84.232.508	22,57
São Paulo	47.498.740	12,23	36.145.794	14,86	51.600.962	13,83
Paraná	2.897.659	0,75	2.742.147	1,13	11.952.595	3,20
Espírito Santo	439.637	0,11	169.337	0,07	876.627	0,23
Outros estados federados	46.645.310	0	6.762.262	0	62.302.074	0

Fonte: Agrostat/MAPA, 2024. Elaboração do autor.

No Sul da Bahia, onde há concentração da produção de cacau no estado federado, encontra-se a infraestrutura para processamento e exportação de chocolate em pó, provenientes da amêndoa de cacau, com a presença de moageiras transnacionais, como a Barry Callebaut, a Cargil e a Olam, localizados no município de Ilhéus (Dantas, 2020).

A totalidade das exportações brasileiras de cacau entre 2019 e 2024 é mantida em mais de 300 milhões de dólares em virtude da desvalorização das taxas de câmbio. As importações variam entre diminuição e aumento em relação ao seu valor conforme tabela 4.

Tabela 4: Valor das exportações e importações de cacau do Brasil, entre 2019 e 2024

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Exportação	305.384.291	303.006.397	354.848.426	345.608.577	372.974.153	350.354.393
Importação	320.028.590	306.748.920	388.373.520	243.299.388	373.204.919	281.568.832

Fonte: AgroStat, 2024. Elaboração do autor.

A queda na produção brasileira acontece na direção oposta ao crescimento da indústria nacional de processamento de amêndoas e fabricação de chocolate. Em 2018, o Brasil importou 62,4 mil toneladas de amêndoas de cacau de países africanos. Mais de 90% das importações de cacau vêm de Gana e o restante da Costa do Marfim, segundo a AIPC (MAPA, 2020). Em 2019, o Brasil comprou mais de 85 mil toneladas de chocolate, sendo a maioria da Suíça e 35,5 mil toneladas de derivados de cacau da Indonésia, Holanda e Costa do Marfim. O volume exportado pelo Brasil de amêndoas de cacau em 2018 foi de 616 toneladas. Os principais compradores de cacau são Japão, França e Holanda.

As exportações de chocolate apresentaram volume de 28,8 mil toneladas em 2019, destinadas à Argentina, Paraguai e Bolívia. Ao tratar de produtividade no estado do Pará que, no Brasil, sua participação era de 18% em 2005 passou para 53% em 2018. Em 2019, o estado do Pará produziu mais de 116 mil toneladas de cacau, em quase 180 mil hectares, metade da área plantada no estado da Bahia, que produziu no mesmo período 122 mil toneladas. O IBGE mostra que o aumento da produção de cacau no estado do Pará foi de 200% entre 2005 e 2018. (Mapa, 2020).

O Território Litoral Sul (região cacauzeira), no estado da Bahia, possui área de 14.664,54 km²; população total de 772.683 habitantes, com uma população urbana de 632.787 habitantes e população rural de 139.896 habitantes. O número de famílias assentadas pela reforma agrária é de 3.499 e o número de projetos de reforma agrária é de 69. A área total destinada à reforma agrária corresponde a 141.601 hectares e a quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar é de 13.925 em 2010. O pessoal ocupado da agricultura familiar eram 32.805 pessoas, a partir da análise estatística do Censo Agropecuário 2017, do IBGE.

Observa-se que, entre os anos de 2007 e 2017 houve aumento da desocupação na agricultura, com a diminuição do emprego em 1931 trabalhadores, apesar do crescimento das oportunidades de trabalho no setor da construção civil, comércio e serviços. A crise do cacau continuou a despedir trabalhadores rurais dos agricultores empregadores. A desocupação da atividade foi dramática nas décadas de 1990 e 2000. Isto explica o crescimento de trabalhadores rurais que se tornaram assentadas da reforma agrária na região cacauzeira.

Na região tipicamente cacauzeira, o Litoral Sul, segundo o Censo Agropecuário 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 23.277 estabelecimentos agrícolas, sendo 18.487 pertencentes a proprietários, 2.022 estão sob concessão do Incra ou outro órgão fundiário, 246 em arrendamento, 1.773 em parceria (parceria) e 610 em comodato. Na região cacauzeira (Território Litoral Sul), segundo este mesmo Censo, existiam 5.685 fazendas com gado. A área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários é de 728.909 hectares e a área ocupada pelos estabelecimentos familiares é de 286.987 hectares.

Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017), na região cacauzeira, 44,41% dos estabelecimentos agrícolas possuem até 10 hectares com superfície de 4,06% conforme tabela 5. Até pelo menos 50 hectares, a superfície total é de 21,45% em comparação com a quantidade de estabelecimentos de 81,69% onde há agricultores familiares de cacau em regime de trabalho familiar ou com engajamento temporário de trabalhadores rurais. De 50 hectares a menos 200 hectares, há 13,57% de médios estabelecimentos familiares e patronais que exercem a sua atividade através de empregados ou em regime de parceria (meeiro). Entre 200 hectares e 500 hectares, observam-se

médios e grandes produtores de cacau que possuem trabalhadores rurais empregados ou em parceria. Em mais de 500 ha, há poucos produtores de cacau e a maioria são criadores de gado para produção de carne da raça Zebu Nelore. Entre 500 hectares e mais, há uma concentração fundiária de 30,4% de hectares com 1,70% dos estabelecimentos agrícolas.

Tabela 5 - Grupos de área (ha) na região cacauceira (Litoral Sul)

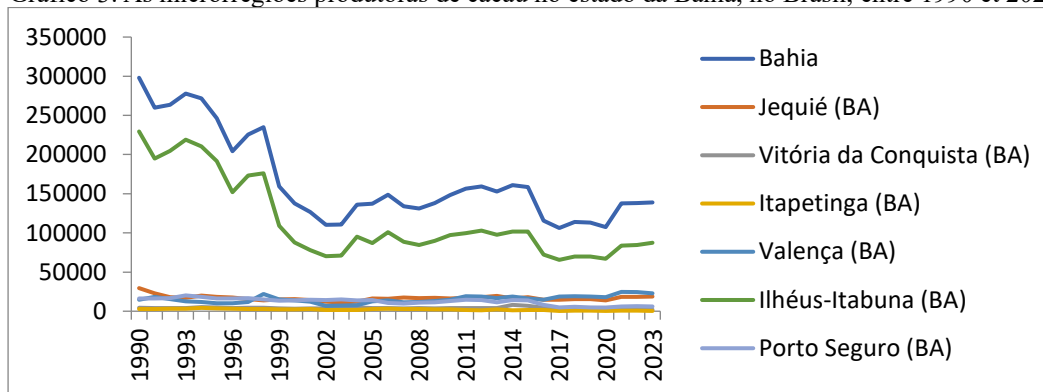
Região cacauceira	Quantidade de estabelecimentos	%	Área (ha)	%
0 à 10	10.465	44,41	42.636	4,06
10,01 à 20	4.731	20,08	61.892	5,90
20,01 à 50	4.053	17,20	120.656	11,49
50,01 à 100	2.058	8,73	140.414	13,38
100,01 à 200	1.141	4,84	155.347	14,80
200,01 à 500	714	3,03	209.671	19,97
500,01 à 1000	259	1,10	165.434	15,76
1000 = plus	141	0,60	153.728	14,64
Total	23.562		1.049.778	

Fonte: IBGE (2017). Elaboração do autor.

Com base nos dados do Censo Agropecuário 2017, observa-se que a localização das plantações de cacau no estado da Bahia, Brasil, inclui 3 territórios identidade (Litoral Sul, Baixo Sul e Extremo Sul) da Bahia e apresenta a seguinte situação quanto à quantidade de estabelecimentos produtores de cacau: no território identitário do Litoral Sud (região típica do cacau), segundo os dados, existem 30.731 toneladas amendoas de cacau produzidas na superfície de 179.631ha, sendo 19.362 toneladas de de cacau por agricultores patronais com área de 106.629 ha e 11.369 toneladas de cacau por agricultores familiares com área de 73.002 ha. Dos produtores patronais, 97,16% são proprietários com área de 100.693ha (94,43%) entre não-familiares; dos agricultores familiares, 75,28% são proprietários que correspondem a uma área de 50.535ha (69,22%) e 16,32% são parceiros com área de 14.743ha (20,20%); no território identitário do Baixo Sul, existem 26.741 estabelecimentos com superfície de 91.335ha, sendo 11.260 patronais com superfície de 39.127ha e 15.481 estabelecimentos familiares com superfície de 52.208ha; destes estabelecimentos familiares, 90,69% são proprietários com área de 46.035ha (88,18%) e 3,68% são parceiros com área de 2.634ha (5,05%) e desses 94,77% são proprietários com área de 36.634ha (93,63%) entre não-familiares.

No gráfico 3, observa-se que a região Ilhéus-Itabuna é a principal região produtora de cacau do Estado da Bahia. Devido à crise do sistema agrário cacauceiro, a partir do ano de 1990, caiu a produção da região e, conseqüentemente, a produção do Estado da Bahia. A produção em toneladas de amêndoas de cacau diminuiu consideravelmente, implicando aumento dos níveis de importações de cacau de outros países produtores até à data.

Gráfico 3: As microrregiões produtoras de cacau no estado da Bahia, no Brasil, entre 1990 et 2023



Fonte: AgroStat, 2024. Elaboração do autor.

Entre os agricultores patronais, existem 6.194 estabelecimentos agrícolas, 5.528 dos quais pertencem aos seus proprietários. Os agricultores familiares que obtiveram acesso ao PRONAF (financiamento) são 12.959, sendo 1.798 assentados do INCRA (concessão de uso), 198 imóveis arrendados; 1.469 em parceria; 462 em regime de comodato e 289 em terras de posse.

“Fazer” história não deve limitar-se a reconstruir uma série de acontecimentos, por mais decisivos que sejam. Esta abordagem deve permitir compreender como as pessoas as vivenciaram, ou seja, como as suas práticas foram modificadas ou não. Deverá permitir reconstituir os diferentes períodos que marcaram a evolução das atividades agro-pastoris, caracterizá-las e explicar as suas causas profundas. Para ir além do conhecimento produzido pelos historiadores rurais, e focar mais especificamente no nosso objeto de estudo, as transformações antigas e contemporâneas da agricultura, é necessário desenvolver um método histórico específico para a agricultura comparada. Forjado na prática e no saber-fazer desenvolvido em contextos históricos e geográficos extremamente contrastantes, assenta mais uma vez num regresso ao terreno: análise de paisagem e entrevistas orais (Cochet, 2011, p. 108).

Como se podem distinguir os elementos mais recentes, os imediatamente anteriores, e os indícios ainda mais antigos que estão quase completamente apagados hoje? Para conseguirmos reconstruir a presença ou ausência deste ou daquele elemento em cada etapa da história desta paisagem, deve-se ter sempre presente a preocupação de localizar com precisão cada elemento, primeiro no tempo (de que época estamos a falar) e depois no espaço, ou seja, num ecossistema (ou agroecossistema) (Cochet, 2011, p. 109).

Porque este trabalho de memória recorre às ações das pessoas amas velhas em diferentes períodos da sua vida e porque tenta reconstruir, face à paisagem atual, o espaço da vida quotidiana das pessoas, estas entrevistas devem ser individuais para serem precisas. Nada é mais difícil, de fato, do que realocar com precisão, no tempo e no espaço, informações em todas as direções que surgiriam de uma discussão coletiva reunindo diversas pessoas que não vivenciaram a mesma coisa e cada uma delas referente a diferentes espaços e periodicidades que não vivenciam, não se conformam entre si. Surgiriam generalidades, na melhor das hipóteses fiéis às práticas “médias”, mas difíceis de localizar precisamente no tempo e no espaço e, portanto, dificilmente utilizáveis (Cochet, 2011, p. 109).

No gráfico 4, observa-se que, entre 2017 e o início de 2023, o preço internacional do cacau está relativamente estável com modificações pontuais. O preço começa a aumentar em 2023 e cresce substancialmente até fevereiro e março de 2024, quando a tonelada de cacau superou mais de US\$ 10 mil, diminuindo em 13.05.2024, para US\$ 7.909,00 por tonelada (MERCADO DO CACAU, 2024).

Segundo especialistas, o cacau é a *commodity* agrícola que se valorizou em 2024, 191% em abril deste ano. Dados da CBOT Chicago mostraram que o preço da amêndoa de cacau começou o ano com o preço de US\$ 4,2 mil por tonelada de cacau chegando à cifra de US\$ 12,26 em abril. (MERCADO DO CACAU, 2024).

A alta do preço está ligada à queda recorde do produto no mercado internacional. Segundo projeções do setor, a diferença entre demanda e oferta deve ser mantida até 2029 e pode favorecer os produtores brasileiros, mas somente após a estabilização da produção com o consumo do produto (MERCADO DO CACAU, 2024).

Apesar da escassez de cacau, o mercado global de *commodities* está estimado este ano em US\$ 14,70 bilhões, e está se expandindo para atingir US\$ 16,47 bilhões em 2029, segundo análise da empresa de pesquisa de mercado Mordor Intelligence (MERCADO DO CACAU, 2024).

Gráfico 4: Preço do cacau entre 2017 e 2024 no mercado internacional



Fonte: *In Mercado do Cacau* (2024). Acesso em 13.05.2024

A queda na oferta global está ligada à crise agrícola na Costa do Marfim e em Gana, países africanos que representam quase 54% da produção mundial de cacau (MERCADO DO CACAU, 2024). A queda na oferta mundial de cacau deve-se aos efeitos das alterações climáticas e da doença da Vagem Negra nestas plantações que reduziram a colheita em 20% na Costa do Marfim e 11% em Gana.

Segundo projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, divulgada em dezembro de 2023, a colheita brasileira de cacau atingiu 297,3 mil toneladas, um aumento de 2,3%

em relação ao ano anterior. Segundo a AIPC, porém, o Brasil sofreu uma queda na produção no primeiro trimestre devido à redução da produção nacional, trazendo a falta do produto no mercado nacional (MERCADO DO CACAU, 2024).

3 AS ESTRATÉGIAS DOS AGENTES ECONÔMICOS: UMA TIPOLOGIA GERAL DAS CATEGORIAS SOCIAIS

Neste contexto de crise e de reestruturação econômica, como agem os agricultores familiares, os produtores patronais e as empresas?

A procura de “critérios de diferenciação” constituía então a chave de entrada mais comum para a construção de tipologias, ou seja, os meios de compreender e classificar a diversidade das operações agrícolas. Mas como priorizar os critérios? Se por força de um primeiro critério considerado discriminatório, por exemplo o tamanho da exploração, constituem-se três classes, a intervenção de um segundo critério considerado importante, o emprego de trabalho assalariado, conduzirá rapidamente a seis tipos de exploração, o número de critérios mantidos, necessariamente muito baixo, e a sua hierarquia provavelmente permanecerão, na verdade, em grande parte arbitrárias... ou dependentes do ponto de vista de cada pessoa. Poder-se-ia assim classificar os estabelecimentos agrícolas numa região de múltiplas maneiras, dependendo dos critérios utilizados e dos fins perseguidos. Haveria também tantas tipologias possíveis quantos os objetivos atribuídos a cada uma delas, conforme proposto por Philippe Jouve (1986). Com o risco incorrido de que nenhuma destas tipologias permita realmente identificar e classificar os sistemas de produção, muito menos identificar as suas trajetórias, medir o seu desempenho e as suas perspectivas, de compreender a dinâmica de uma região agrícola; portanto, como se pode desenvolver uma tipologia de sistemas de produção que tenha um valor geral e seja livre dos usos que dela possam ser feitos posteriormente, uma tipologia evolutiva com uma função cognitiva? (Cochet, 2011, p. 114).

O método tipológico implementado para explicar os mecanismos que conduzem a esta diferenciação, para explicar as relações existentes entre as diferentes categorias de estabelecimentos agrícolas (fluxo de trabalho, biomassa, capital, etc.), para realçar o impacto diferenciado do funcionamento dos sistemas de produção sobre ecossistemas explorados, para mostrar como as políticas e os projectos não tiveram os mesmos efeitos nos diferentes sistemas de produção, para prever, finalmente, as dinâmicas futuras específicas de cada categoria e as suas consequências em termos de geração de emprego, do ambiente, bem como do impacto possível e ele próprio diferenciado das mudanças da política agrícola (Cochet, 2011, p. 118).

Abordam-se oito categorias gerais com suas estratégias de resistência, manutenção do patrimônio e de reprodução do capital em escala internacional.

Tabela 6: Fatos ecológicos, técnicos e socioeconômicos na região cacauceira da Bahia (Brasil), entre 1750 et 2021

Períodos	Fatos ecológicos	Fatos técnicos	Fatos socioeconômicos
1750-1889	Floresta tropical preservada (Mata Atlântica). Início do estabelecimento da cultura do cacau. Originário da Amazônia	Sistemas agroflorestais de cacau cabruca, sob a floresta tropical	Ocupação de espaços rurais vazios. Brasil-colônia. Trabalho escravo. Surgimento e consolidação dos estabelecimentos agrícolas escravagistas Século XIX - escravidão (Império Brasil). Fim da escravidão: 1888 Início da República: 1889 Imigração: colônias de alemães, franceses, sírios, libaneses, portugueses e brasileiros do Estado de Sergipe (Nordeste) ao sul da Bahia. Do final do século XIX ao início do século XX Fim da escravidão negra (1888). Manter a ocupação de espaços rurais vazios.
1888-1930	Floresta tropical (preservada). A expansão das plantações agroflorestais de cacau cabruca. Aumento da grilagem de terras.	Sistemas agroflorestais de cacau cabruca, sob a floresta tropical. Introdução de ferramentas manuais mais eficientes. Mão de obra com baixos salários ou pouca parceria (parceria),	Surgimento da classe social: "Os coronéis do cacau", proprietários de fazendas de cacau. Alguns coronéis do cacau tornaram-se chefes militares da Guarda Nacional, tendo poder de polícia na região, diante da falta do Exército e da polícia estatal. Força de trabalho explorada e paga de acordo com o custo de reprodução da força de trabalho, vivendo o trabalhador no nível de subsistência. Os trabalhadores viviam nas fazendas de cacau. Fim do Império <u>Brasileiro</u> em 1889 e início do regime Republicano. República Velha e República Nova (até 1930). A região cacauceira inserida no mercado mundial de cacau. Brasil (Bahia), o maior produtor de cacau do mundo. Ampliação dos armazéns de comercialização de cacau. Aprofundamento das tensões fundiárias entre praticantes da grilagem, agricultores e ocupantes de terras.
1930-1960	Consolidação do sistema agroflorestal de cacau cabruca sob a floresta. Floresta tropical conservada	Surgimento de novas técnicas de processamento do cacau com início de vulgarização e de conhecimentos promovido por pesquisadores do Instituto de Cacau da Bahia.	Implantação do Instituto de Cacau da Bahia para criar soluções para a crise dos preços do cacau após a Grande Depressão de 1929. Consolidação dos "coronéis" do cacau. O aumento da infraestrutura urbana na cidade de Ilhéus. Crescimento das exportações de cacau para a Europa e os Estados Unidos. Continuação das tensões fundiárias entre grileiros, agricultores e ocupantes de terras. 1957 - Instituição da CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauceira (instituição federal)
1960-1990	Manutenção do sistema agroflorestal de cacau cabruca. Início da doença Vassoura de Bruxa que atingiu a região cacauceira a partir de meados da década de 1980.	Início das ações da CEPLAC para melhorar o cultivo do cacau diante da crise produtiva e da queda do preço do cacau no mercado internacional. Introdução de novas orientações no processamento do cacau. Utilização das realizações tecnológicas de forma mais intensa, de acordo com os princípios da revolução verde. Combate à doença Podridão Parda ("Podridão Parda") Uso de BHC (agroquímico à base de efeito laranja), fungicidas, inseticidas e outros agrotóxicos. O uso intensivo de calcário, fertilizante para correção de solo.	Intensificação dos investimentos públicos da CEPLAC na região. Criação do CEPEC – Centro de Pesquisa na CEPLAC. Abertura de estradas e construção de pontos nos municípios da região cacauceira. Aumento das exportações de cacau (1960 e 1970). Brasil, o maior produtor mundial de cacau. A região cacauceira forneceu o principal valor do imposto - ICMS - do Estado da Bahia e contribuiu com milhões de dólares em divisas para o Brasil, obtendo 1 bilhão de dólares, com as exportações de cacau. Início da queda da produção na região cacauceira no final da década de 1980. O investimento do Governo do Estado da Bahia, na construção de estradas litorâneas, como a BA-001, na região cacauceira. Surgimento de questões e tensões fundiárias em relação à reforma agrária na região.

Expansão da área plantada para além da região cacauceira, em direção ao Baixo Sul e Extremo Sul do Estado da Bahia, em áreas, naturalmente, de menor fertilidade. Isso justificou o uso de fertilizantes químicos em maiores quantidades para aumentar a produtividade da terra.

Redução do tamanho dos cacauzeiros para aumentar a produtividade. Ampliação da vulgarização técnica (revolução verde) para grandes e médios estabelecimentos agrícolas pela CEPLAC. Os trabalhadores continuaram a habitar as fazendas.

Implantação de estruturas de secadores e barcaças (secadores e barcaças) nas fazendas.

<p>1990-2010</p>	<p>Surgimento da agroecologia para a segurança alimentar. Manutenção do sistema agroflorestal de cacau cabruca. Início e intensificação do desmatamento da floresta tropical, substituindo a floresta por pastagens e plantações de café. Extensão da Vassoura de Bruxa nas plantações com a queda considerável na produção de cacau. Expansão de unidades de conservação ambientais e reservas extrativistas. Reserva Biológica de Una e Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, por exemplo. Floresta tropical preservada apesar do crescente desmatamento. Ação intensiva do IBAMA (instituto federal) do Ministério do Meio Ambiente do Brasil e das instituições do Estado da Bahia, no combate ao desmatamento da Mata Atlântica. Essas ações reduziram a</p>	<p>O aumento das pastagens, do gado leiteiro e do gado destinado à carne. Plantação de cacau ao sol, fora da mata atlântica. A introdução da variedade conillon (robusta) na região cacauceira. Substituição do cacau antigo por cacau híbrido e clones de cacau desenvolvidos pela CEPLAC (biotecnologia) utilizados por médios empregadores e agricultores familiares. O avanço das agroecologias nos "assentamentos" da reforma agrária através do fortalecimento do caráter ambiental do sistema agroflorestal do cacau cabruca.</p>	<p>Aumentar dos investimentos públicos na saúde e na educação nos níveis básico, médio e superior. Crescimento do comércio e serviços nas cidades da região, Ilhéus e Itabuna e cidades de pequeno porte. Expansão das organizações não governamentais ambientais. Surgimento e crescimento de movimentos sociais pela reforma agrária, incluindo o Movimento dos Sem Terra (MST). O Assentamento Terra Vista se consolida rumo à transição agroecológica. Início da diversificação produtiva. Intensificação do turismo, do ecoturismo. Consolidação dos projetos territoriais do Território de Identidade do Litoral Sul. Apoio à reforma agrária e aos agricultores familiares da região cacauceira. Fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores rurais e dos movimentos sociais pelos governos federal e estadual da Bahia, ambos de vertente de centro-esquerda. Crescimento da produção de chocolate artesanal por pequenos produtores.</p>
------------------	--	--	--

intensidade do desmatamento. Introdução da plantação de eucalipto (floresta artificial) em áreas de pastagem.

2010-2024	<p>Expansão das agroecologias. Manutenção do sistema agroflorestal cacau cabruca. Manutenção e desenvolvimento de unidades de conservação ambiental (reservas). Proteção dos manguezais. Crescimento de plantações de eucalipto em áreas de pastagem</p> <p>Mudanças climáticas e crise fitossanitária afetam as produções de cacau de Costa do Marfim e Gana, dois dos maiores produtores mundiais de cacau a partir de 2023.</p>	<p>Consolidação de pequenas agroindústrias chocolateiras artesanais com a produção de chocolate <i>gourmet</i>. Produção de chocolate artesanal no Assentamento Terra Vista, no município de Arataca.</p> <p>Implantação do centro de formação em agroecologia no Assentamento Terra Vista.</p> <p>As duas opções técnicas: agroecologias (agricultores familiares de assentamentos e cooperativas) e biotecnologias (hibridismo e clonagem) – médios produtores patronais e agricultores familiares para superar a doença Vassoura de Bruxa, visando aumentar a produção agrícola.</p>	<p>Indicação de Origem Protegida do Cacau Cabruca por todas as associações e cooperativas da região cacaueira. Rastreabilidade da produção de cacau.</p> <p>Consolidação da produção de chocolate artesanal com mais de 70 produtores, com diversos selos, em pequenas agroindústrias chocolateiras, incluindo a produção de chocolate <i>gourmet</i>. Mudança na política federal de apoio à agricultura familiar com redução considerável de recursos públicos para projetos de agricultores familiares.</p> <p>Suspensão da política de reforma agrária – governo conservador, ultraliberal, contra a reforma agrária. Crescimento inexpressivo na produção de cacau, mas permanece estabilizado. Crise macroeconômica no Brasil desde 2015 e crise profunda durante a pandemia de COVID-19 em 2020 e 2021.</p> <p>Queda das atividades econômicas na região cacaueira. O aumento da pobreza e da pobreza extrema, apesar da política federal de transferência social (doação de dinheiro). Melhoria das atividades econômicas a partir da expansão da vacinação contra a COVID-19 na região</p> <p>A maioria dos estabelecimentos agrícolas na região cacaueira são familiares, ao contrário do que acontecia no passado.</p> <p>Queda das produções de cacau de Costa do Marfim e Gana. Crescimento do preço acima dos US\$ 10,000.00 da tonelada de cacau no mercado internacional em 2024, mantendo-se por volta dos US\$ 7,500.00</p>
-----------	--	---	---

3.1 CATEGORIA 1. CACAUCULTORES FAMILIARES E ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA DIVERSIFICADOS

Essa categoria de estabelecimento agrícola utiliza força de trabalho familiar, portanto não há custo de produção salarial para pagar os empregados rurais. Tende à diversificação agrícola em seu sistema de produção, com vários subsistemas de produção: cacau, quintal com galinhas, pomar, milho, feijão, mandioca, inhame, poucas vacas leiteiras sem raça definida ou gado mestiço com a raça Nelore, frutas como laranja, mamão e legumes (tomate, batata, cebola).

Este tipo de agricultor resiste ao diversificar a sua produção agrícola. São aqueles que têm até 50 hectares na região com uma família de 4 ou 5 pessoas ou até menos hoje. Quem é muito especializado em cacau fica vulnerável às oscilações do preço no mercado internacional. É a minoria desta categoria.

Esta categoria de agricultor é normalmente pluriativa, desenvolvendo actividades não agrícolas em família, sendo pequenos comerciantes, trabalhadores urbanos, professores, empregados do comércio e dos serviços urbanos, da prefeitura municipal, dos serviços de saúde pública, ou vários destes agricultores são aposentados como agricultores familiares do Regime Geral de Previdência Social, garantido pela Constituição Federal de 1988.

Em virtude da diversificação agrícola, pela pluriatividade, pela agricultura como atividade principal e pela preocupação com a manutenção e gestão do patrimônio e do ambiente, este tipo de agricultor é multifuncional. Ele quase não usa agrotóxicos na plantação.

Com a crise do cacau, vários estabelecimentos cacauzeiros, de 100 a 400 hectares, sofreram uma queda na produção agrícola. Muitos deles foram abandonados, abrindo espaço para o surgimento e expansão de movimentos sociais de reforma agrária, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), MLT, MSLT, FETAG etc. “assentamentos” da reforma agrária. A quantidade desses assentamentos aumentou na região cacauzeira entre os anos de 1990 e 2015, nas fazendas de cacau. Destaca-se o Assentamento Terra Vista, no município de Arataca, sul da Bahia, que adotou a transição agroecológica de seu subsistema de produção agrícola, preservando o meio ambiente e reafirmando sua função ambiental, ou seja, multifuncional na região cacauzeira.

Esta categoria reúne diversos agricultores familiares, camponeses ou não: os que aumentam o seu patrimônio, os que mantêm o seu patrimônio sem crescimento e os que vivem abaixo da linha da pobreza ou em extrema pobreza, em estado de proletarianização.

Nas tabelas a seguir mostram-se as relações entre as comunidades quilombolas (descendentes de escravos) e as comunidades indígenas da região cacauzeira (Território Litoral Sul). A existência destas comunidades sublinha o caráter tendencial da multifuncionalidade da agricultura nesta região.

Tabela 7 -Comunidades “quilombolas”² certificadas e identificadas no TI Litoral Sul

Municípios (região cacauzeira da Bahia)	Comunidades “quilombolas”
Aurelino Leal	Fazenda Minerva
Buerarema	Serra da Ronca
Itabuna	Itamaracá
Itacaré	Água Vermelha, Fojo, João Rodrigues, Porto de Trás, Porto do Oitizeiro, Santo Amaro, Serra de Água, Amansa Coelho, Amano Guido, Campo do Amaço, Formiga, Km 5, Pinheiro, São Gonçalo, Socó
Maraú	Barro Vermelho, Empata Viagem, Maraú, Minério, Quitungo, São Raimundo, Boité, Piracanga, Terra Verde, Torrinha, Tremembé
Uma	Corre nu, Pedra de Uma, Piedade, Ribeirão das Navalhas, Rio da Independência

Fonte: SEI. Perfil dos Territórios de Identidade, 2015. Brasil (2013b), Projeto Geografar (2011)

Tabela 8 - Povos indígenas no Território de identidade Litoral Sul

Povo indígena	Território indígena e “aldeia”	Município	Área (ha)
Pataxó	Aldeia Olivença, Aldeia Caramuru	Ilhéus Pau Brasil	3.826

² Segundo dados fornecidos pelo projeto GeografAR (2011), as associações e comunidades pesqueiras estão distribuídas em seis municípios, estimando-se um universo de 11 comunidades pesqueiras artesanais, envolvendo associações, cooperativas e uma colônia de pescadores. Segundo dados do projeto GeografAR e do CDA (2012), foram identificadas 18 comunidades remanescentes quilombolas, concentradas nos municípios de Itacaré e Maraú. Segundo dados da Bahia Arqueológica no território, são reportados 20 sítios arqueológicos em quatro municípios (Ilhéus, Itacaré, Maraú e Santa Luzia), que são relevantes em termos de estruturas construtivas, artefatos cerâmicos e sambaquis (SEPLANTECA).

Pataxó hã-hã-hãe	Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu	Camacã/ Itaju do Colônia/Pau Brasil	54.105
	Aldeia Caramuru-Mundo Novo	Pau Brasil	
	Aldeia Bahetá	Itaju do Colônia	
	Aldeia Olivença	Ilhéus	3.826
Tupinambá	Terra indígena Tupinambá de Olivença	Buerarema/ Ilhéus/Uma	47.376
	Aldeia Serra das Trempes	Buerarema/ Ilhéus	
	Aldeia Serra do Padeiro, Aldeia Serra do Ronca, Aldeia Serra do Serrote, Aldeia Serra Negra, Aldeia Acuípe de Baixo, Aldeia Acuípe de Cima, Aldeia Acuípe do Meio		
	Aldeia Águas de Olivença	Ilhéus	
	Aldeia Campo de São Pedro, Aldeia Curipitanga, Aldeia Cururupe, Aldeia Gravatá, Aldeia Mamão, Aldeia Olivença, Aldeia Pixixica, Aldeia Santana, Aldeia Santaninha, Aldeia Sapucaieira		
	Aldeia Maruim	Uma	
	Aldeia Maruinzinho		
	Aldeia Caramuru	Pau-Brasil	

Fonte: SEI (2015). Terra ou “aldeia” indígena habitada por mais de uma etnia.

3.2 CATEGORIA 2. AGRICULTORES PATRONAIS OU FAMILIARES DE TAMANHO MÉDIO COM PARCERIA OU PAGAMENTO DE ASSALARIADOS

São os agricultores de tamanho médio que celebram contratos de parceria com os trabalhadores. Essa é a maioria dos contratos de trabalho no sistema de produção de cacau cabruca, recomendado pela Ceplac. A parceria consistiu em uma solução para os produtores de cacau, diante do aumento do custo de produção com fertilizantes e do pagamento dos funcionários, além da queda de rendimentos agrícolas com a doença da Vassoura de Bruxa.

Para manter as ocupações no meio rural e reduzir o êxodo rural para municípios da região, especialmente Ilhéus e Itabuna (sul da Bahia), Porto Seguro e Eunápolis (Extremo Sul da Bahia), ou a migração para outros centros urbanos de outras regiões, a solução encontrada para minimizar os impactos sociais da crise foi a parceria. Apenas os grandes produtores pagam salários com 2 ou 4 trabalhadores.

Segundo Chiapetti *et al*, 2020, na atividade agrícola cacauceira, há vários anos, é utilizado o sistema de parceria agrícola. O sócio, ou meeiro, é um agente presente em 60% dos estabelecimentos agrícolas que possuem trabalhadores permanentes. Atualmente a CEPLAC sugere que cada meeiro trabalhe de 5 a 7 hectares, dependendo da composição da unidade familiar que realizará o trabalho. O trabalhador assalariado está presente em 46% dos estabelecimentos agrícolas que têm mão de obra não

familiar permanente e a sua presença tem relação direta com o tamanho do sistema de produção, ou seja, quanto maior a unidade de produção, maior a presença de mão de obra. O meeiro aparece em todos os tamanhos das unidades de produção, mas com predomínio nos extratos menores, de até 50 hectares.

A parceria é uma relação de trabalho estabelecida na década de 1990, após a crise do cacau. Foi um período de reestruturação e adaptação às novas condições de produção, que se reproduziram nos estabelecimentos de toda a região, como forma de sobrevivência dos assalariados e dos estabelecimentos rurais semi-abandonados (Chiapetti *et al*, 2020).

3.3 CATEGORIA 3. AGRICULTORES PATRONAIS QUE ABANDONARAM SUAS UNIDADES DE PRODUÇÃO DE CACAU

São agricultores patronais tradicionais que provêm de famílias antigas da região cacauceira, a terceira geração no estabelecimento agrícola, com mais de um agricultor, com áreas totais superiores a 200 hectares até 500 hectares. São médios ou grandes proprietários da região, descapitalizados, sem condições de manter os custos de produção que aumentaram desde a década de 1990. Isto se deve principalmente ao crescimento dos custos com assalariados que enfrentam redução do rendimento agrícola com a queda da produção, do rendimento da terra, provocada pela doença da Vassoura de Bruxa e pela produtividade agrícola (oscilação de preços no mercado internacional). Muitas famílias alteraram o seu estilo de vida e padrão de consumo e muitas tornaram-se de classe média baixa ou pobres.

Fazendas abandonadas deste porte passaram a ser ocupadas por movimentos sociais e depois expropriadas pelo governo federal com o objetivo de implementar a política de reforma agrária. Desta forma, apresenta-se a quantidade de assentamentos de reforma agrária, de comunidades quilombolas e indígenas nas tabelas 6 e 7.

Neste tipo de unidade de produção, aumentou o desmatamento da floresta tropical, substituindo o sistema agroflorestal cabruca pela pastagem e plantação de café. Esta ação foi realizada pelos antigos proprietários familiares ou por novos investidores da própria região (criadores de gado, grandes produtores de cacau, comerciantes) ou de fora que compraram essas terras para plantar capim, desmatando a floresta, formando pastagens, para reproduzir seu sistema de produção com a criação de gado da raça Nelore ou gado leiteiro misto das raças Holandesas e Gir. Este é um fenômeno típico.

Esse tipo de sistema de produção tende a desaparecer na região.

3.4 CATEGORIA 4. NOVOS INVESTIDORES QUE COMPRARAM IMÓVEIS RURAIS ABANDONADOS

São aqueles da própria região ou de outras regiões. São criadores de gado, grandes produtores e comerciantes de cacau. Podem ou não ter raízes familiares na região, mas os seus objectivos são aumentar a produtividade da terra ou aumentar os ativos familiares. A terra pode ser considerada uma reserva de valor ou espaço para o crescimento do rendimento agrícola. Desenvolvem outras atividades econômicas (comércio, agricultura, pecuária, indústria, política partidária na região, comercialização) porque são capitalistas acima de tudo.

Este tipo de produtor que acumula outras atividades económicas não agrícolas tende a investir no mercado fundiário, aumentando o seu património. São empresários pequenos e médios ou grandes capitalistas.

3.5 CATEGORIA 5. ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE PEQUENAS AGROINDÚSTRIAS DE CHOCOLATE

Esta é uma nova categoria de agente económico na região. Surgiu durante a profunda crise dos anos 2000 e 2010 com a utilização do capital regional dos habitantes da região. Este é mais um exemplo de diversificação produtiva e fortalecimento da cadeia produtiva do cacau-chocolate em escala regional.

Pequenas empresas produzem chocolate artesanal e gourmet no mercado participando de feiras nacionais e internacionais, apresentando a qualidade do seu chocolate. Estas são constituídas por pequenos negócios, predominantemente associações e cooperativas.

Segundo Dantas (2020), a demanda por chocolate de qualidade no Brasil e no mundo é crescente. No mercado de chocolates, o Brasil é o terceiro maior consumidor do mundo, onde o mercado do tipo *gourmet* cresce três vezes mais que o chocolate tradicional, levando as unidades de produção a aproveitarem-se desse tipo de nicho de mercado com diversas definições, como *gourmet*, fino de qualidade, premium, por exemplo.

Na década de 2000, surgiu na Bahia um movimento de agricultores que buscavam explorar novos nichos para o cacau, notadamente fino e orgânico, apresentando ao mercado um produto diferenciado. O resultado desse esforço resultou em premiações em eventos internacionais como o Salon du Chocolat de Paris em 2010 (categoria Chocolate Cacau). Além disso, a partir de 2007, o Festival Internacional do Chocolate e do Cacau passou a ser realizado anualmente em Ilhéus, na Bahia. Assim, a produção de cacau ganha um novo “respiro”. (Dantas et al, 2020).

A melhoria das características das amêndoas, graças a variedades mais resistentes a doenças e a manejo de produção mais produtivo e diferenciado (agroecológico, biodinâmico, entre outros), tem permitido que a região Sul da Bahia alcance um novo patamar no mercado, de um produtor de chocolate com alto teor de cacau. Assim, o mercado do cacau na Bahia, assim como em outros mercados regionais, como no Estado do Pará e Estado do Espírito Santo, vai além das amêndoas de qualidade, inserindo-se na produção de chocolate (Dantas *et al*, 2020).

Segundo Dantas *et al*, (2020), entre as décadas de 1980 e 2000, existia uma marca de chocolate na região. A partir da primeira década do século XXI, aumentou o número de cooperativas e associações dedicadas à produção de amêndoas e chocolate de qualidade, procurando mercados que valorizassem produtos provenientes de materiais de primeira qualidade, em cacau especial e fino.

É importante ressaltar que as marcas de chocolate se organizam como associações e cooperativas que reúnem ganhos de produtividade. Quando negociam a compra de insumos em condições mais favoráveis, com menor custo (a economia de aglomeração) (Dantas *et al*, 2020).

Segundo Dantas *et al* (2020), existiam 50 marcas de chocolate em 2018 e 74 em 2019. Na cidade de Ilhéus está localizado um grande número de empresas (17), com infraestrutura produtiva e centro turístico. O outro mercado importante é a cidade de Salvador, cujas empresas (14%) utilizam amêndoas de cacau produzidas na região sul da Bahia. Outras marcas (21) estão distribuídas nos 17 municípios, como Arataca, Ibirapitanga, Itamari e Itabuna.

Observa-se que 60% das marcas de chocolate estão concentradas em três municípios da região sul da Bahia (Ilhéus, Itacaré e Salvador).

Vários estabelecimentos agrícolas que escolheram utilizar as fábricas terceiras beneficiam-se das suas amêndoas, próprias ou adquiridas, por empresas especializadas. No estado da Bahia, em 2019, existiam três fábricas que funcionavam dessa forma, localizadas nos municípios de Ibicarai e Ilhéus (região cacauzeira) e outra no município de Lauro de Freitas (região Metropolitana de Salvador), no Nordeste do estado da Bahia. Existe uma incubadora no Centro de Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica Agroindustrial da Ceplac - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauzeira. Em 2019, surgiu uma quarta fábrica a partir da produção terceirizada. (Dantas, 2020).

Em 2016, mais de 80% dos agricultores de cacau, apoiados pela Ceplac, eram agricultores familiares. Entre as 50 marcas identificadas, apenas a Bahia Cacau foi certificada como familiar e a primeira fábrica de chocolates da agricultura familiar do Brasil, no município de Ibicarai (Dantas, 2020).

A maioria das marcas (34) de chocolate do Sul da Bahia é caracterizada como Tree To Bar. Isso significa a relação do produtor com a produção desde a produção do cacau até a barra de

chocolate; São classificadas 10 marcas Bean To Bar – o produtor de chocolate compra amêndoas de terceiros. Neste nicho de mercado, o chocolate orgânico representa pouco mais de 30% das marcas locais e o chocolate tradicional, 56% do chocolate total (Dantas et al, 2020).

3.6 CATEGORIA 6. GRANDES PRODUTORES RURAIS QUE EMPREGAM CACAU

Há também grandes produtores de cacau, com mais de 400 hectares que, devido à crise econômica, baixaram o seu modelo de consumo, mas conseguiram ter condições de recuperar parte do rendimento da terra e a produtividade agrícola à partir da venda de uma parte de seu patrimônio para investir em suas propriedades, introduzindo inovações tecnológicas, considerando a Ceplac com o uso de cacau híbrido ou clonagem e mudando práticas culturais para reduzir a incidência da doença da Vassoura de Bruxa.

Esse tipo de produtor empregador cacauero mantém a floresta tropical e seu sistema de produção de cabruca, utilizando também inovações tecnológicas da Ceplac. É importante ressaltar que o sistema agroflorestal cabruca é mantido nos grandes estabelecimentos de cacau.

3.7 CATEGORIA 7. EMPRESAS AGROINDUSTRIAIS TRANSNACIONAIS

As empresas transnacionais agroindustriais e comerciais estão na região cacauera da Bahia há várias décadas comprando e lucrando com o cacau. Com a queda na produção de cacau, essas empresas passaram a importar cacau para abastecer a indústria nacional de chocolate e seus derivados. Mantêm cadeias em escala internacional, em processo de reestruturação produtiva, visando a sustentabilidade com preocupações ambientais. Essas empresas passaram a orientar seus agricultores fornecedores a produzir e fazer colheitas, selecionando frutas e cacau de melhor qualidade. Estão a começar a satisfazer as exigências dos mercados globais, especialmente dos mercados europeus. São eles os Barry Callebaut, os Cargil e os Olam (Joanes).

3.8 CATEGORIA 8. EMPRESAS DE ARMAZENAMENTO COMERCIAL DE CACAU DE MÉDIO PORTE

Essas empresas de médio porte estão localizadas nos municípios ao redor de Ilhéus e Itabuna (as cidades regionais) e compram amêndoas de cacau de produtores empregadores e agricultores familiares. São o principal destino da comercialização do cacau pelo agricultor.

Comparativamente à forma de comercialização do cacau, os estabelecimentos dividem-se por três: venda direta do cacau às moageiras que representa 12%; para os intermediários locais, cerca de

20% e a maioria, 71% preferem vender em armazéns. Os preços cobrados são diferentes e as empresas oferecem 6% a mais que os armazéns e comerciantes locais (Chiapetti et al, 2020).

Os agricultores não familiares que tiveram acesso ao Pronamp (financiamento para pequenos e médios agricultores não familiares) são 6.190, sendo 5.524 propriedades próprias e 304 em parceria. São 17.963 estabelecimentos não familiares que não tiveram acesso ao Pronamp, das quais 12.963 são proprietárias desses imóveis; 1.798 daqueles que estão sob concessão do Incra; 1.469 em parceria (parceria) e 462 em regime de empréstimo (“comodato”) (Dantas, 2020).

4 CONCLUSÃO

Desde a crise da monocultura na região cacauzeira, no sul do Estado da Bahia, no final da década de 1980, o sistema agrário vem passando por sucessivas transformações com o surgimento de novos acontecimentos sociais, econômicos e tecnológicos que mudaram radicalmente o padrão de acumulação dos agentes econômicos rurais e urbanos. A expansão do fungo *Moniliophthora perniciosa*, responsável pela doença “Vassoura de Bruxa”, reduziu consideravelmente a produção de cacau na região, causando perda de rendimento regional, aumentando o desemprego e reduzindo tanto os salários, os juros e o rendimento da terra para grandes produtores de cacau.

A crise sistêmica, regional, complexa e completa incluiu, portanto, fatores de falta de equilíbrio ambiental irreversível ao longo do tempo e causas econômicas e tecnológicas. Esta devastação das estruturas produtivas criou as condições para a expansão dos movimentos sociais rurais e a consolidação dos “assentamentos” da reforma agrária, através da política de expropriação de propriedades rurais, abandonados ou que se tornaram improdutivos ou menos produtivos. Os trabalhadores desempregados da zona rural, que se deslocaram para centros urbanos regionais aumentando as “favelas”, viram, nesta reforma agrária, oportunidade de ter um espaço de moradia, alimentação e ocupação para si e para suas famílias.

Devido à crise social, a paisagem geográfica mudou devido a uma sucessão de desmatamentos que transformaram as áreas de floresta tropical, necessárias ao estabelecimento do antigo sistema cabruca de sombreamento do cacauzeiro, em novas pastagens para a criação de gado de a raça nelore mestiça e raças mestiças de leite (raças Holandês e Gir, predominantemente) e novas áreas cultivadas com café do tipo conillon.

O sistema parcialmente produtivista que introduziu pacotes tecnológicos na década de 1960 e 1970, com a Ceplac, e a crise estrutural regional, evidenciou outro aspecto da autodestruição que consistiu na intensificação do desmatamento da floresta tropical com as plantações de cacau, visando

substituir as lavouras de cacau por tecnologias de baixa intensidade, como tecnologias de pecuária extensiva ou de cafeicultura relativamente intensiva.

Quanto às categorias, as mais gerais, observa-se a existência de oito categorias de agentes econômicos em relação ao cultivo do cacau no Sul da Bahia. São eles: agricultores familiares de cacau e de assentamentos diversificados de reforma agrária; agricultores patronais ou familiares de tamanho médio com parceria (“meeiro”) ou pagamento de salário; agricultores empregadores que abandonaram suas terras de cacau; novos investidores que compraram terras abandonadas; pequenas agroindústrias, associações e cooperativas de chocolate; empresas agroindustriais transnacionais e empresas de armazenamento comercial de cacau de médio porte.

A partir da pesquisa de campo foi possível verificar uma estratificação um tanto diferenciada dessa tipologia, separando, por exemplo, os agricultores familiares tradicionais e os assentados das reforma agrária. Além disso, é possível identificar famílias pluriativas, exclusivamente agrícolas ou exclusivamente não agrícolas, e famílias que desenvolvem estratégias de conservação dos recursos naturais.

Apesar da expansão do desmatamento da floresta tropical (Mata Atlântica), com a substituição da plantação de cacau por pastagens para a criação de gado leiteiro ou de gado de carne, este processo econômico não tem sido suficiente para causar a devastação (quase total) da floresta e o desaparecimento do cultivo do cacau, segundo algumas pesquisas. A região ainda mantém seu sistema agroflorestal característico do cacau *cabruca*.

Deve-se considerar uma grande diferença histórica gerada pelas mudanças nas relações sociais sob a doação da Vassoura de Bruxa, com a substituição do regime assalariado pelo regime de parceria, principalmente, entre o proprietário do estabelecimento de cacau e o trabalhador rural.

Outra mudança social muito importante a ser observada é que a maioria dos produtores de cacau é familiar, segundo dados do Censo Agropecuário 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A imagem e a realidade dos “coronéis” e dos latifúndios do cacau é uma característica predominante do passado, mesmo que ainda existam estabelecimentos de mais de 300 ou 400 hectares ainda abandonados.

Os movimentos sociais rurais tem adotado intensas ações a fim de divulgar as agroecologias e propostas alternativas ao pacote produtivista em crise, diante de uma conjuntura política e macroeconômica favorável, durante os anos de 1995 a 2015, com políticas destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar, PRONAF, e, em sequência, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com 30% dos recursos públicos do programa destinados à aquisição de produtos agrícolas, provenientes de organizações de

agricultores locais, juntamente com a política de desenvolvimento territorial, visando fortalecer territórios de identidade rurais e, em seguida, o Plano Brasil Sem Miséria. Todas estas políticas responderam às pressões e necessidades dos agricultores e das comunidades tradicionais.

O movimento recente em torno do reconhecimento do cacau *cabruca* como denominação de origem converge para o conjunto de transformações irreversíveis da região cacauzeira sul da Bahia, agora não mais pela reprodução das inovações tecnológicas do produtivismo da revolução verde, mas pela consolidação de novo paradigma que mantém a mata atlântica, o sistema cabruca, e que valoriza o cacau cabruca como produto regional. Tudo isso preservando o conhecimento tradicional e secular que consolidou, espacialmente, um sistema agrário historicamente importante para o Estado da Bahia, para o Brasil e para o mundo, estruturado nos laços de afetividade familiar e na difusão social do conhecimento técnico e tecnológico através das expectativas reflexivas entre agentes económicos e sociais, não obstante, historicamente, de violentas formas primitivas de acumulação de capital.

Toda a região que se tornar uma região agrícola típica e historicamente produtivista à escala internacional e que reúne também condições ambientais muito favoráveis, após uma longa crise económica e perda de competitividade no mercado externo, perdendo lugar face a outros produtores, regiões ou países, tende a tornar-se uma região agrícola multifuncional. Esta é uma tendência, mas não uma regra.

Uma região de agricultura multifuncional é aquela que não reúne condições produtivistas anteriores cujas condições materiais da sociedade regional, oriundas de crises económicas, impõem a possibilidade de recuperação das atividades económicas a partir da sua diversificação produtiva através da produção exclusivamente agrícola e da monocultura. Perde-se a sua prioridade, pois surgem outras prioridades como a protecção do ambiente, o sentimento social de geração de ocupação e emprego após um desemprego muito elevado, a preocupação com a gestão do território, numa introspecção aos valores da cultura regional ligada à produção agrícola, ao artesanato e a outras atividades económicas regionais onde a afetividade se afirma como uma potência que configura projetos territoriais. **Este fenómeno acaba de caracterizar a afirmação de uma agricultura multifuncional, agroflorestal e parcialmente agroecológica rumo à segurança alimentar.**

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Paulo César Bahia de; PIRES, Mônica de Moura. A região cacauceira do sul do estado da Bahia (Brasil): crise e transformação. Cadernos de Geografia: Revista Colombiana de Geografia, [S.l.], 2018. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=fotos+da+região+do+cacau+na+Bahia>. Acesso em: 27 set. 2021.

ARCHETTI, Eduardo P. Contextualização histórica do debate sobre a questão agrária na revolução russa. In: CARVALHO, Horácio Martins de (org.). Chayanov e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 15-32.

CHIAPETTI, Jorge et al. Panorama da cacauicultura no Território Litoral Sul da Bahia 2015-2019. Ilhéus: Instituto Floresta Terra Viva (IFV), 2020. Disponível em: <https://www.worldcocoafoundation.org>. Acesso em: 18 set. 2021.

COCHET, Hubert. L'agriculture comparée. Paris: Éditions Quae/NSS Dialogues, 2011.

DANTAS, Paulo César Cruz et al. O mercado de chocolate no sul da Bahia: estrutura, produção e comercialização. DRd - Desenvolvimento Regional em Debate, [S.l.], v. 10, p. 56-75, 8 jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2373>.

DUFUMIER, Marc. Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas. Tradução de Vitor de Athayde Couto. Salvador: EDUFBA, 2007.

MACHADO, Gustavo Bittencourt. L'agriculture productiviste à l'agriculture multifonctionnelle dans le système agraire du cacao et le paiement pour services environnementaux. 2021. Relatório de pesquisa de pós-doutorado – Université Paris-Nanterre (LADYSS - Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces), Paris-Nanterre (França)/CAPES (Brasil).

MACHADO, Gustavo Bittencourt. Productivist agricultural systems to multifunctional agriculture in the cocoa agrarian system in Bahia, Brazil. In: ATINER's Conference Paper Proceedings Series (ECO2021-0223), Athens, 7 out. 2021. ISSN: 2529-167X. Disponível em: <https://www.atiner.gr>. Acesso em: [data não fornecida].

MERCADO DO CACAU. Mudança climática compromete produção, e preços do cacau têm pico de 191%. Mercado do Cacau, [S.l.], 2024. Disponível em: <https://mercadodocacau.com.br/mudanca-climatica-compromete-producao-e-preco-do-cacau-tem-pico-de-191>. Acesso em: 13 maio 2024.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Brasil quer ganhar posições na produção mundial de cacau e chocolate. Brasília, DF: MAPA, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/brasil-quer-ganhar-posicoes-na-producao-mundial-de-cacau-e-chocolate>. Acesso em: 18 set. 2021.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA (SEPLANTEC). Caracterização dos territórios de identidade. In: Relatório da Comissão Técnica ZEE/BA. Salvador: SEPLANTEC, [2020?]. Disponível em: <http://www.seplantec.ba.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2021.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA (SEPLANTEC). Diagnóstico da vulnerabilidade natural e social. In: Relatório da Comissão Técnica ZEE/BA. Salvador: SEPLANTEC, 2020. Disponível em: <http://www.seplantec.ba.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2021.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA (SEPLANTEC). Indicação das unidades de paisagem. In: Relatório da Comissão Técnica ZEE/BA. Salvador: SEPLANTEC, 2020. Disponível em: <http://www.seplantec.ba.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2021.